

ACÇÃO URGENTE

DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTA ACUSADOS

O defensor dos direitos humanos Rafael Marques de Morais e o jornalista Mariano Brás Lourenço foram formalmente acusados de “difamação de uma autoridade pública” e de “ultraje a um órgão de soberania” por terem publicado um artigo sobre a aquisição questionável de terrenos públicos pelo Procurador-Geral da República de Angola. Ambas as acusações acarretam uma sanção de um ano e três anos de prisão, respectivamente.

Rafael Marques de Morais é defensor dos direitos humanos, jornalista de investigação premiado e editor do Maka Angola, um portal informativo. Ele escreveu e publicou um artigo on-line no website Maka Angola. O artigo falava da aquisição discutível de terrenos públicos pelo Procurador-Geral da República angolano. **Mariano Brás Lourenço** é jornalista e editor do jornal angolano “O Crime”. Através deste jornal, publicou o artigo de Rafael Marques de Morais e incluiu alguns comentários pessoais sobre o mesmo.

No dia 20 de Junho, ambos os homens foram formalmente acusados de “difamação de uma autoridade pública” (pena máxima: um ano de prisão) e de “ultraje a um órgão de soberania” (pena máxima: três anos de prisão), constituindo este último um crime contra a segurança do Estado.

A crítica de instituições públicas de todos os tipos, nomeadamente órgãos que fazem parte dos poderes legislativo, executivo e judicial, assim como de funcionários públicos, é um direito. A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que monitoriza o cumprimento do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos pelos Estados, apelou aos Estados para que não proibam tais críticas. Os funcionários públicos devem mostrar um maior grau de tolerância para com as críticas que os cidadãos comuns.

No caso de Rafael Marques de Morais e Mariano Brás Lourenço serem presos, a Amnistia Internacional irá considerá-los prisioneiros de consciência, pois as acusações contra eles são politicamente motivadas e estão relacionadas com o exercício pacífico do seu direito de liberdade de expressão. As acusações contra eles são também consideradas uma tática por parte do governo que visa dissuadir outros críticos do governo.

Por favor escreva imediatamente em português, inglês ou na sua língua:

- Apelando às autoridades angolanas para que retirem de imediato todas as acusações contra Rafael Marques de Morais e Mariano Brás Lourenço, pois foram apenas acusados por exercerem pacificamente o seu direito de liberdade de expressão;
- Apelando às autoridades para que acabem com a prática da perseguição e intimidação das pessoas que expressam pacificamente os seus pontos de vista e para que defendam o direito de liberdade de expressão;
- Instando as autoridades no sentido de revogarem toda a legislação que limite indevidamente a liberdade de expressão.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS, ATÉ AO DIA 11 DE AGOSTO DE 2017, PARA:

Ministro da Justiça e Direitos Humanos
Rui Jorge Carneiro Mangureira
Ministério da Justiça e Direitos Humanos
Rua 17 Setembro, Nº 32
CP 1986
Luanda, República de Angola
E-mail: rui.mangureira@minjus.gov.ao
Saudação: A Sua Excelência

Envie também cópias para os representantes diplomáticos acreditados no seu país. Por favor introduza as moradas dos representantes diplomáticos locais abaixo:

Name Address 1 Address 2 Address 3 Fax Fax number E-mail Email address Saudação Salutation

Por favor verifique junto do escritório da sua secção da Amnistia Internacional caso envie os apelos após a data acima indicada.

AMNESTY
INTERNATIONAL



ACÇÃO URGENTE

DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTA ACUSADOS

INFORMAÇÃO ADICIONAL

A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos é um órgão de tratados de direitos humanos composto por peritos independentes que monitorizam a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) ao qual Angola está vinculada e tem a obrigação legal de respeitar. No seu Comentário Geral 34, determina que “Os Estados Partes não devem proibir críticas às instituições”, o que inclui organismos públicos de todos os tipos, nomeadamente órgãos dos poderes legislativo, executivo e judicial. A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos afirmou também que a perseguição, intimidação ou estigmatização de uma pessoa, nomeadamente a sua prisão, detenção, julgamento ou encarceramento em virtude das suas opiniões constituem uma violação do PIDCP.

As autoridades angolanas respondem frequentemente com repressão e violência à contestação. A Amnistia Internacional documentou a forma como os direitos de liberdade de expressão, associação e reunião pacífica têm sido ilegalmente limitados em Angola no seu relatório *Punindo a Contestação: Supressão da Liberdade de Associação e Reunião em Angola* (Índice AFR 12/004/2014). Alguns dos que desafiaram o governo do Presidente José Eduardo dos Santos sofreram execução extrajudicial, desaparecimento forçado, detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos. Apesar de a liberdade de expressão e reunião pacífica estar claramente consagrada na constituição do país e em vários tratados internacionais que Angola assinou e ratificou, continuam a ocorrer violações destes direitos.

Pode encontrar aqui mais informação sobre perseguições de que Rafael Marques de Morais foi anteriormente alvo:

<https://www.amnesty.org/en/documents/afr12/1840/2015/en/>

Nome: Rafael Marques de Morais e Mariano Brás Lourenço

Género m/f: masculino

AU: 155/17 Índice: AFR 12/6619/2017 Data de Emissão: 30 de Junho de 2017